
A QUESTÃO DA CIDADE E DO CAMPO: teorias e política

Prof. Dr. Ana Fani Alessandri Carlos
Universidade de São Paulo
anafanic@usp.br

RESUMO

O 5o Congresso Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, realizado em Goiânia em julho de 2004, representou um momento de balanço da Geografia e da prática dos geógrafos, em função dos 70 anos da criação da AGB. Não por acaso, o congresso propunha a articulação de duas dimensões importantes e indissociáveis: a prática - as transformações do espaço - e a teórica - a capacidade da Geografia de construir um entendimento da realidade. Nesta direção, consideramos que se abre como um novo horizonte o repensar do papel da Geografia e dos geógrafos na sociedade brasileira neste novo século. É assim que a transformação do espaço se alia a necessidade da compreensão desse movimento/momento da realidade, pela Geografia. Do ponto de vista do tema da relação cidade-campo, podemos afirmar que no mundo moderno, as profundas transformações no processo de reprodução espacial sinalizam a superação da contradição cidade/campo. Tal fato coloca-se como elemento essencial para decifrar esse mundo moderno, requerendo um esforço na direção da compreensão do processo em outro patamar.

Palavras chave: relação campo-cidade, prática e teoria, Geografia e sociedade.

ABSTRACT

The 5th Congress of the Brazilian Association of Geographers-AGB (Goiânia-Go, Brazil), July, 2004, celebrated the 70th year of AGB foundation, having as main subject the budget of the action of Brazilian geographers since then. It is not by coincidence that the congress proposed the articulation between two important dimensions of the Science, which are: the practical - the space changes - and the theoretical - the ability of Geography in producing an understanding of society. In this direction, we consider that the re-think of Geography and of geographers role in the Brazilian society is a new opened horizon. By this way, we arrive to consider that spacial changes are connected to the need of construction, by geographers, of an understanding about the movement/moment of reality. In terms of city-rural relationships, we consider that in the modern world, deep changes in the spacial reproduction process sign to the superation of city/rural spaces contradictions. Now, this fact is placed as an important element to the comprehension of the modern world, demanding then an effort of analysis at another level.

Key words: practice and theory; Geography and society; city/rural spaces relationships.

Introdução

Do ponto de vista teórico, poderíamos afirmar que o pensamento crítico e radical, como condição da produção de um conhecimento geográfico, do mundo que vivemos, que avançou muito no Brasil dos anos 1970/1980, agora se acha em refluxo – este fato seria suficiente para evidenciar uma crise na geografia brasileira. Se isto for verdade, cabe a nós refletir sobre o conteúdo desta crise identificando as tendências capazes de revelar esta situação.

Para dar início a este debate me parece essencial, hoje, apontar alguns elementos, questões que podem orientar o debate: a) haveria no plano da produção do conhecimento a presença de um “certo preconceito com a teoria” decorrente da busca da eficiência e competência-qualidade, intrínseca à burocracia acadêmica? Estaria, como consequência o tempo lento da reflexão submetido ao tempo veloz que nos faz “produzir por produzir” textos, artigos, congressos? b) até que ponto, o espaço (a cidade, o campo, o território) tornados sujeitos produtores de situações e de tomada de decisões não encobririam as estratégias da reprodução social, que para se realizar necessita hoje produzir um outro espaço? c) até que ponto o debate sociedade-natureza se reduziu ao debate da preservação ambiental, transformando as contradições da sociedade em desequilíbrios do ecossistema? d) estaria a cidade, obra da civilização, reduzida, hoje a sua dimensão natural (meio ambiente urbano) trazendo como consequência, a naturalização das relações sociais? e) até que ponto ao invés de contestar a propriedade privada

da terra/solo urbano como elemento fundante do processo de produção do espaço (impondo profundas restrições à realização da vida) os geógrafos, têm se empenhado em encontrar uma “função social” para a propriedade? f) até que ponto as contradições e conflitos da produção do espaço, transformadas em desequilíbrios, embasam a “sustentabilidade” como projeto de uma nova sociedade? Isto é, até que ponto as contradições que estão na base da situação atual da sociedade brasileira se esvaziam na busca do “caminho do desenvolvimento sustentável” como projeto de sociedade? g) até que ponto os estudos geográficos, ao invés de produzirem uma crítica ao Estado, buscam uma solução político-institucional para as contradições que vivemos, hoje?

Cidade-campo

Há no mundo moderno uma profunda transformação nas relações cidade/campo, apontando a necessidade de desvendamento do conteúdo e sentido destas transformações, centrando a análise no momento e movimento da reprodução da sociedade hoje, saída da história da industrialização, tornando imperativo a necessidade de atualizar a relação cidade-campo, no mundo moderno.

A industrialização permitiu com o desenvolvimento do **Mundo da Mercadoria** e da generalização do valor de troca, o desenvolvimento das comunicações e a expansão da informação aprofundou e redefiniu as relações entre os lugares enquanto hierarquização espacial entre espaços dominados/dominantes, sob o comando da metrópole nacional. A divisão do trabalho na sociedade realizando-se como divisão de tarefas e atividades ligadas às necessidades específicas para a sua realização envolvendo um espaço e tempo, diferenciados revela, em seu fundamento, a divisão de classes, o estado e a propriedade privada, bem como a luta em torno desta última.

A extensão do capitalismo com o desenvolvimento da troca, e com ele o do mundo da mercadoria (de sua lógica, linguagem), estendendo-se ao mundo inteiro, também permitiu a generalização da propriedade privada e a submissão da vida cotidiana a sua lógica capturando os momentos, cultura e tradições da vida tanto na cidade quanto no campo, aproximando-os cada vez mais. Sua extensão no espaço, ele próprio tornado mercadoria, faz da produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução social; elemento definidor dos conteúdos da prática sócio-espacial, posto que a extensão do capital se realiza realizando a lei do valor.

Neste processo, a cooptação dos momentos da vida cotidiana, pois a reprodução hoje saiu dos limites estreitos da fábrica para, dominar, além do tempo e espaço do trabalho, o tempo/espaço de todos os momentos da vida cotidiana capturando o tempo cíclico agora sob a dominação do tempo linear esvaziando os usos do espaço, na medida em que tempo se realiza enquanto uso do espaço para a vida, e nesta direção submetendo o uso ao valor de troca, submetendo a vida cotidiana às exigências da realização da produção capitalista. No plano da prática sócio-espacial permitiu a realização da propriedade privada no cerne do processo de apropriação, redefinindo-o. A prática sócio-espacial revela este sentido.

A extensão do capitalismo, a partir de profundas transformações no processo produtivo, do desenvolvimento do mundo da mercadoria como condição desta extensão, dominando o mundo, articulou a cidade e o campo num outro patamar deslocando a contradição cidade/campo vinda da história (do aprofundamento da divisão do trabalho, do estabelecimento da diferenciação de classes e do poder de uma classe), para a contradição centro periferia, estabelecendo uma nova hierarquia espacial entre espaços dominados e dominantes a partir da construção de novas centralidades. No conjunto do território nacional a metrópole de São Paulo centraliza o capital acumulado, principalmente o financeiro – e segundo Oliveira, articula praticamente, toda a produção agrícola brasileira sediando: a Bolsa de cereais oficial, a bolsa de mercadorias e futuros, concentrando, também, parte da comercialização dos produtos agrícolas do país, aparecendo como a principal unidade de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e lugar da base de todos os preços nacionais destes produtos. A centralização e a decisão sobre esta parcela da produção agrícola, em São Paulo ainda segundo o Autor, articula as produ-

ções capitalista e camponesa no campo brasileiro. É assim que grupos empresariais no centro sul do país investem em projetos no Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Acre e Rondônia.

No campo o desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas implantando o trabalho assalariado sem que as relações camponesas desaparecessem e sem que a totalidade do trabalho no campo e da vida fosse submetida integralmente a sujeição real do capital apesar do desenvolvimento da industrialização da agricultura e da expansão das culturas para exportação no seio da economia global. Este processo revela suas contradições. Como aponta Oliveira nas áreas aonde o processo de urbanização foi mais intenso – regiões sul e sudeste - o processo de expropriação foi praticamente absoluto eliminando o trabalho camponês e concentrando, ainda mais a terra.

Este processo tende a englobar espaços urbanos e rurais numa nova lógica, onde a existência da propriedade privada marca e limita as possibilidades de apropriação, reorganiza o processo produtivo, regularizando a vida. Na cidade a propriedade revela os usos do espaço e as articulações entre os momentos do lazer, do trabalho e da vida privada em lugares estabelecidos com funções rígidas, e como consequência, todos os lugares da prática sócio-espacial, apontando uma contradição fundamental para o entendimento do processo de reprodução espacial: a contradição entre o valor de uso e o valor de troca, isto é a submissão quase total do primeiro ao segundo.

A cidade e o campo vão refletindo o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, onde a metrópole aprofunda sua centralidade em relação a um território mais amplo, é por exemplo, o mercado interno que permite a expansão-contracção das áreas de cultura de exportação apoiada na estrutura moderna.

Por sua vez o Estado tem um papel fundamental no espaço tanto da cidade como do campo pelo direcionamento das políticas públicas que estimulam os setores competitivos da economia a partir dos centros urbanos interferindo objetivamente, na reprodução espacial, seja financiando a agricultura capitalista e deixando de lado as pequenas unidades camponesas que produzem a alimentação básica dos trabalhadores, seja direcionando a localização industrial, ou ainda investindo em infra-estrutura capaz de permitir o crescimento do setor de serviços.

Esse processo revela como tendência a construção da sociedade urbana – enquanto momento da reprodução. Este é o caminho que toma o processo de reprodução social no seio de nossa sociedade sinalizando sua virtualidade. Nesta direção a cidade vai ganhando cada vez mais importância como centro de acumulação e do poder político, mas também permitindo a reunião dos poderes que entram em confronto com a lógica da acumulação, revelando os conflitos de uma sociedade de desiguais. Isto porque a expansão do capitalismo se fez às expensas de grande parte da sociedade brasileira que vive nos limites da sobrevivência; produzindo o espaço da segregação. Neste meio a consciência crítica questiona o modo como o capitalismo se realiza em detrimento da realização da vida. Hoje este processo revela não só a contradição entre a produção e distribuição da riqueza, mas também aquela entre os que estão na esfera da produção na condição de trabalhadores e os que estão fora dela, os desempregados. É neste sentido que, como aponta Martins (2003), a crise da sociedade brasileira não é econômica – cuja resolução estaria na distribuição da renda – mas social.

A cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une: este é a meu ver o desafio da análise.

Nesta direção, o mundo rural não estaria desaparecendo, englobado pelo desenvolvimento das cidades, nem o campo ampliando seu domínio, apontando para um Brasil “menos urbano do que se calcula”. Essas questões¹ apontam na direção da necessidade de colocar a “reprodução da sociedade” no centro do debate o que revelaria o conteúdo da prática sócio-espacial na direção da constituição da sociedade urbana e nesta direção as transformações no mundo moderno mudando o conteúdo das relações cidade-campo – como pode ser revelado pelas mudanças de estratégias do MST, que segundo Ribeiro (2004) extrapola seu sentido de movimento social rural quando propõe um projeto como a

“comuna da terra”, misturando elementos da cidade e do campo ao enfrentar uma nova dinâmica do capital. Esse é um desafio que devemos enfrentar; ele também produz um confronto teórico com posições divergentes sobre o modo de analisá-las no Brasil.

Neste plano da produção do conhecimento um conflito revela duas tendências importantes, aquela que entende a realidade enquanto **ecossistema** e aquela que a entende enquanto processo histórico e social, portanto contraditória e desigual. Duas práticas. Ambas posições apontam para a construção de projetos diferenciados de sociedade indicando inserção diferenciada dos geógrafos na sociedade a partir da constatação de seu papel nela e revelam uma postura do pesquisador.

O livro de Eli da Veiga (2002) oferece um bom exemplo da abordagem sistêmica. Para o autor um critério de distinção entre cidade e campo seria aquele da densidade demográfica - que estaria no âmago do que chama de índice de pressão antrópica” (definido como o melhor grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios) onde a localização refletiria, as modificações do meio natural que resultariam da atividade humana. Neste raciocínio distingue áreas “mais rural” em função da “natureza intocada” e “ecossistemas mais alterados” pela ação humana e manchas ocupadas pelas “megalópolis”, ecossistemas “mais alterados” ou “artificializados”. Também ressuscita as teses de Lambert ao descobrir um “Brasil agrário” e um “Brasil urbano”. O problema de seu raciocínio apresentado no livro “O Brasil é menos urbano do que se calcula”, é aquele da simplificação exagerada, dentre elas a que limita a ação social e histórica àquela indefinida de “ação antrópica”, ao mesmo tempo em que reduz o espaço a um quadro físico inerte, passível de sofrer maior ou menor intervenção humana, apontando um processo de “naturalização da sociedade”. Isto porque a idéia de ecossistema naturaliza, um fenômeno, que em essência é social. A sociedade não artificializa a natureza ele produz “um mundo” a sua imagem e semelhança: desigual e contraditório, impondo a necessidades de desvendar o conteúdo das relações sociais a partir das práticas espaciais. A mera adjetivação da realidade fenomênica: “área indiscutivelmente urbana” ou “essencialmente rural” é insuficiente para permitir o entendimento da realidade. “A preocupação que atravessa o livro é a idéia da produção de um conhecimento aplicado, em muitos momentos, banalizado, pela idéia de ecossistema, como modelo de inteligibilidade do mundo; um modelo fechado, que ao apontar uma ordem estabelecida, e na medida em que traz como consequência, a busca para sua manutenção. Esta análise envolve riscos de simplificação da realidade, pois a sistematização ao evitar o diferente desemboca, necessariamente, na busca de uma harmonia que ignora as contradições profundas sob as quais se deve analisar as atuais relações cidade/campo no Brasil. Como decorrência, a análise desemboca no óbvio: a busca do “desenvolvimento sustentável”, como caminho único possível de resolver os desequilíbrios. Aqui, a busca do equilíbrio, harmonia e coerência confunde, inexoravelmente, desenvolvimento com crescimento” (CARLOS, 2003). Como consequência o ecossistema desequilibrado em função das ações que degradam a qualidade ambiental, requer um equilíbrio baseado na eficácia do que chama “**desenvolvimento sustentável**” e aparece como ideologia que elimina conflitos e contradições.

E assim a crítica ao Estado – regulador que impõe as relações de produção enquanto dominação do espaço, imbricando espaços dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade – se reduz ao problema da definição administrativa da cidade e não a sua capacidade produtiva que se estende por todo o espaço, impondo a necessidade de redirecionamento das políticas que vão criar a possibilidade do crescimento; esconde o fato de que o espaço é o lugar da planificação de uma lógica de crescimento sob a égide do Estado.

O espaço-mercadoria

Por outro lado o que chama de problema no campo e na cidade pode ser superado pela busca de uma “qualidade ambiental como “trunfo para o desenvolvimento“, uma “ferramenta para o desenvolvimento local entendido como oportunidade de consumo produtivo fazendo com que muitas comunidades se transformem em entusiásticas protagonistas de sua valorização”. Aqui o que o Autor

chama de “patrimônio ambiental”, aparece como “fator crucial no processo de competição entre territórios e na luta pelo investimento” (CARLOS, 2003, p.40-42). Em sua análise o espaço vira paisagem que vira patrimônio e na condição de espaço-mercadoria, gera lucro. Para tanto, as parcelas do espaço que podem apresentar “belas paisagens” e “amenidades rurais” devem ser capazes de gerar “novos negócios como venda de produtos de grife explorando a imagem positiva de uma unidade de conservação de biodiversidade, de um momento histórico. Nesta direção cabe a “consciência ambiental” o papel de que “alavancar o crescimento econômico”, posto que seriam suficientes para atrair um fluxo turístico e permitir o desenvolvimento das localidades.

Nesta direção “o grande desafio esta justamente na construção de uma imagem positiva que permite a criação de uma grife”. Quando um território consegue legitimá-la, torna-se rentável uma série de atividades antes impossíveis; “com essa ascendente valorização das amenidades, o principal vetor de dinamismo econômico de uma região rural tende a ser cuidado com a preservação de seu patrimônio natural e cultural. Uma circunstância que torna a consciência ambiental uma alavanca de crescimento econômico em vez de um obstáculo. Exatamente a ambição contida na utopia do desenvolvimento sustentável.” (CARLOS, 2003, p.81-82).

As atividades voltadas ao turismo no campo, apontadas pelo autor, revelam o caminho do processo de reprodução hoje, que a partir da constituição de novos ramos de atividade, (como o turismo) novas relações entre áreas, novos conteúdos para as relações sociais, contribuem para a expansão do mundo da mercadoria, enquanto momento de realização do capital através da venda e do **consumo produtivo do espaço**. Assim o espaço é vendido contribuindo, nesta condição, a acumulação sempre ampliada do capital. Trata-se, portanto de desvendar este processo que produz o espaço “alienado”.

Os “sem-direito”

A reorganização do processo produtivo aponta novas estratégias de sobrevivência no campo e na cidade bem como, movimentos sociais no campo e na cidade, questionando a existência da propriedade que marca e delimita as possibilidades de apropriação no campo e na cidade e estabelecendo lutas conjuntas. No espaço, a reorganização do processo produtivo, permitiu a realização da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico, pela generalização da mercadoria-espaço.

Os **terrenos vazios** na cidade e a **terra improdutiva no campo**, têm em comum o fato de que funcionam como reserva de valor, possibilidade de realização da renda da terra (no campo) e da valorização do valor na cidade através da produção do espaço - em ambos os casos revelam a extensão do mundo da mercadoria enquanto realização da lei do valor no espaço entrando em conflito com a apropriação e produzindo uma imensa população sem terra para plantar e sem um teto para morar obrigando a invenção de estratégias sempre renovadas de vida.

Significa que tanto no campo quanto na cidade o processo de reprodução se realiza pelo conflito violento entre valor de uso / valor de troca um conflito que é prático-social. A extensão dos limites e possibilidades da realização do capital produziu, tendencialmente, o espaço enquanto valor de troca, objeto de valorização, e, nesta direção, tudo o que diz respeito às condições de vida do homem se deterioram e o mundo produzido torna-se exterior ao homem, desenraizam-no ligando-o a subjetividade produzida dentro do mundo da mercadoria. Assim a cidade e o campo estão atravessados por novos objetos que vão dominando a vida cotidiana.

Na cidade a luta “dos sem teto” desloca a luta da esfera produtiva revelando a contradição intrínseca ao capitalismo entre operário e capitalista para a esfera da reprodução da vida em seu sentido mais amplo, com isso revela a reprodução ampliada das relações sociais de produção para além da produção estrita de mercadorias. A luta “dos sem terra” se realiza questionando a propriedade que permite “deixar a terra vazia” enquanto uma parcela crescente não tem terra para plantar, logo para viver. Ambas as lutas revelam o processo de deterioração e desintegração da vida colocando em cheque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço enquanto condição de realização da vida seja para

a produção do alimento, seja enquanto moradia e tudo o que esta atividade implica para a vida. Revelam, com a luta, a produção segregada do espaço; a privação enquanto produto, as condições da alienação e a luta ambos produto do modo como se realiza a reprodução das relações sociais no Brasil.

Assim a análise do mundo moderno nos impõe o conhecimento do espaço enquanto noção e enquanto realidade - nesta dimensão sua produção revela-o enquanto mercadoria – isto é a reprodução do capital realiza a mercantilização do espaço. Nesta direção impõe o espaço enquanto valor de troca pela generalização da propriedade privada da terra – no campo e na cidade. Os sem terra e os sem teto são a expressão mais visível deste processo. Também são eles que colocam em cheque, com suas lutas esta contradição, ao levantar a bandeira do “direito à vida” pois ela só pode se realizar enquanto prática sócio-espacial. E nesta direção requer na cidade a moradia como condição primeira para realização da vida e no campo a terra para plantar e morar condições de realização da vida. Neste embate se questiona no campo a improdutividade da terra na cidade a ausência de moradia. Na cidade o processo que encobre a contradição esta encoberta, aparece aqui e ali com os prédios abandonados que viram alvo de “ocupação”; na realidade a cidade em suas formas encobre o solo como reserva de valor pois ele se realiza no construído – os modernos escritórios de serviços recentemente criados é a face deste momento que vivemos no qual o capital financeiro se volta a mercado imobiliário para realiza a reprodução.

A metageografia

Do ponto de vista do pensamento geográfico a superação das contradições no processo de reprodução do espaço – enquanto prática social – deve questionar o “**estabelecimento da função social da propriedade**” no campo, ou o estabelecimento do “**direito à cidade**” reduzido ao “direito à moradia”. Em ambos os casos, perpetua-se e não se coloca em cheque a reprodução ampliada: o espaço, enquanto condição e produto da reprodução generalizada do capital.

A construção de um pensamento radical e crítico no âmbito da geografia supõe a necessidade de questionar a existência da propriedade da terra – no campo ou na cidade como elemento definidor de contradições fundantes da sociedade atual. Ora a geografia avançou para provar que o espaço no capitalismo se torna mercadoria, mais que isso, que o momento atual sinaliza na direção de que a reprodução se realiza através do espaço – é o caso do capital financeiro se realizando através do investimento na terra urbana, o desenvolvimento do turismo e o narcotráfico. Todos se realizam produzindo/dominando uma parcela do espaço como condição de sua realização. Também avançou na direção de desvendar o fato de que o sujeito criador e transformador do mundo era a sociedade e não o espaço, a cidade ou o campo.

Considerações finais

A análise da produção do espaço revela como se ampliam e aprofundam, no mundo moderno, as contradições decorrentes da reprodução da sociedade num momento de generalização da urbanização anunciada pelo desenvolvimento da cidade, com sua “explosão”. O choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações dos lugares que vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições entre o centro e a periferia e não entre o campo e a cidade. Essas articulações sinalizam uma tendência da sociedade urbana que resulta da urbanização quase que completa da sociedade com a transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida. Porque a urbanização generalizada tem como devir a sociedade urbana como horizonte.

Assim, o estágio atual da urbanização coloca problemas novos acentuando uma hierarquia desigual de lugares onde a união destes pontos dá-se através de nós de articulação que redefinem as funções da metrópole, sede da gestão e da organização das estratégias que articulam espaços numa realidade complexa e contraditória.

A análise do mundo moderno impõe a todos o conhecimento do espaço enquanto noção e enquanto realidade – pois cria hoje, as condições através das quais a reprodução da sociedade se realiza. Assim cidade e campo como momentos reais do movimento de realização da sociedade revela os conteúdos da vida. Cidade e campo como momentos desta realização.

Notas

- (1) Como aponta o professor José Eli da Veiga no livro “Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula” Editora Autores Associados, Campinas, São Paulo, 2002

Bibliografia

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?. **GEOUSP**, número 13, DG-FFLCH-USP, 2003.
- LEFEBVRE, H, **La survie du capitalisme**. Paris: Éditions Antropos, 1973.
- MARTINS, J.S, **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, A. U, A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro, in: CARLOS, A.F.A, (org.) Caminhos da Geografia. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- RIBEIRO, F. V, **As ações do MST na cidade de São Paulo**. Monografia de fim de curso. DG-FFLCH-USP, 2004.
- VEIGA, J.E, **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

Trabalho enviado em janeiro de 2004.

Trabalho aceito em agosto de 2004.